

LOCAC LOCADORA LTDA.

CNPJ N° 08.422.480/0001-90

Para versão digital acesse o link:
<https://tribunapr.uol.com.br/publicidade-legal/anunciante/locac-locadora-ltda/>

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Em cumprimento as disposições estatutárias, submetemos a apreciação de V.Sas. o relatório anual da administração e as demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 da LOCAV Locadora Ltda. A Administração agradece a todos que contribuiram para os resultados alcançados, especialmente a nossa equipe de colaboradores pelo empenho e dedicação, aos fornecedores e prestadores de serviços pela qualidade e pontualidade e aos clientes pela credibilidade em nosso trabalho. Rio de Janeiro, 31 de março de 2022. A Diretoria.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	31.12.2021	31.12.2020	Passivo	Nota	31.12.2021	31.12.2020
Circulante:				Circulante:			
Caixa e equivalentes de caixa	4	37.726	48.766	Fornecedores.....	28	58	
Contas a receber de clientes				Obrigações fiscais e sociais.....	36	11	
- Partes relacionadas	5 e 7	4.017	4.136	Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	381	114	
Impostos a compensar.....		-	266	Obrigações com pessoal	17	19	
Outros créditos.....	6	7			462	202	
		41.749	53.175	Não Circulante:			
				Partes Relacionadas	7	10.110	25.103
Não Circulante:						10.110	25.103
Contas a receber de clientes				Patrimônio Líquido:	8		
- Partes relacionadas	5 e 7	7.843	4.839	Capital social	15.900	15.900	
Imobilizado	6	4.392	4.699	Reservas de lucros	27.512	21.508	
		12.235	9.538		43.412	37.408	
		53.984	62.713		53.984	62.713	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019.....	15.900	3.180	16.194	-	35.274
Lucro líquido do exercício.....	-	-	-	2.134	2.134
Destinação do resultado:					
Reserva de retenção de lucros			2.134	(2.134)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020.....	15.900	3.180	18.328	-	37.408
Lucro líquido do exercício.....	-	-	-	6.004	6.004
Destinação do resultado:					
Reserva de retenção de lucros			6.004	(6.004)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021.....	15.900	3.180	24.332	-	43.412

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 - **Contexto Operacional:** 1.1. **Objeto social:** A LOCAV Locadora Ltda. (Companhia) é uma sociedade limitada, sediada à Rua Tibagi, nº 294, Centro, Curitiba, PR, constituída em 11 de outubro de 2006, tem por objetivo a atividade comercial de exploração do ramo de locação de veículos e máquinas novos e usados de sua propriedade, nacionais ou importados, sem utilização de mão-de-obra.

2 - **Apresentação das demonstrações contábeis:** 2.1. **Base de preparação:** Apresentação das demonstrações contábeis:

a) **Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000), em consonância com a Lei das Sociedades por Ações, bem como as normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC – PME (Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas). A elaboração das demonstrações contábeis em conformidade com os CPCs exige a utilização de determinadas estimativas contábeis essenciais. Requer, ainda, que a Administração julgue a maneira mais apropriada para a aplicação das políticas contábeis. As áreas em que os julgamentos e estimativas significativas foram feitos para a elaboração das demonstrações contábeis são apresentadas na Nota Explicativa nº 3.

b) **Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo. A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas estão divulgadas no item (e).

c) **Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (moeda funcional).

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. d) **Data de autorização das demonstrações contábeis:** As presentes demonstrações contábeis foram aprovadas pela diretoria em 31 de março de 2022. e) **Uso de estimativas e julgamentos:** Ao preparar as demonstrações contábeis a Administração da Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem a mensuração de instrumentos financeiros, provisão para perdas em ativos, provisão para imposto de renda e contribuição social e outras avaliações similares. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais. A Companhia revisa suas estimativas e premissas, pelo menos anualmente. Não houve alterações nas premissas e políticas contábeis em relação às informações anuais da Companhia em 31 de dezembro de 2021.

2.2. **Normas e interpretações emitidas e ainda não vigentes:** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022, conforme segue: • 1º de janeiro de 2022 - Contratos onerosos - custo de cumprimento de um contrato (alterações ao NBC TG 25 (R1) /IAS 37); • 1º de janeiro de 2022 - Ciclo anual de melhorias às normas IFRS 2018-2020 (alterações ao IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41); • 1º de janeiro de 2022 - Imobilizado – Receitas antes do uso pretendido (alterações ao NBC TG 27 (R4) /IAS 16); • 1º de janeiro de 2022 - Referências à estrutura conceitual (alterações ao NBC TG 15/IFRS 3); • 1º de janeiro de 2023 - Classificação de passivo como circulante e não circulante (alterações ao NBC TG 26 (R4) /IAS 1 e NBC TG 23/IAS 8); • 1º de janeiro de 2023 - IFRS 17 Contratos de Seguro, e alterações à IFRS 17 Contratos de Seguro. A Companhia não adotou antecipadamente essas normas na preparação destas demonstrações contábeis. Entretanto, não se espera que essas normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia.

3 - **Principais Práticas Contábeis:** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos/exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

a) **Apuração do resultado:** É apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercícios. b) **Instrumentos financeiros:**

(i) **Ativos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece os ativos financeiros inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de até 90 dias a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. A Companhia possui classificados em caixa e equivalentes de caixa saldos em conta corrente bancária e aplicações financeiras, conforme Nota Explicativa nº 4. **Emprestimos e recebíveis:** Emprestimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria imaterial. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros: Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo. (ii) **Passivos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo os passivos designados pelo valor justo registrados no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte nas disposições contratuais do

instrumento. A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos a valor justo por meio do resultado. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. (iii) **Instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos. De acordo com suas políticas financeiras, a Companhia não efetua operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo. c) **Contas a receber:** Apresentadas ao valor contábil, não sendo aplicável o ajuste a valor presente. A Administração, fundamentada em análise dos históricos de perdas, constitui provisão para perda esperada de créditos de liquidação duvidosa, em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização dos contas a receber. As provisões são constituídas pelos montantes considerados suficientes para cobertura de eventuais perdas, observando a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. **Imobilizado:** Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, incluindo reavaliações procedidas em anos anteriores e os ajustes de avaliação patrimonial ao custo atribuído, deduzido da depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Quando partes de um item de imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) do imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado. Os itens do imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica de cada componente. Os itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança das estimativas contábeis. d) **Redução ao valor recuperável de não financeiros (impairment):** Ativos não financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação da recuperabilidade de ativos (impairment). Estes ativos financeiros são considerados ativos não recuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado negativamente o fluxo estimado de caixa futuro do investimento. A cada encerramento do exercício, a Companhia revisa os saldos dos ativos investimento e intangíveis, avaliando a existência de indicativos de que esses ativos tenham sofrido redução em seus valores de recuperação (valor em uso). Na existência de tais indicativos, a Administração efeta uma análise detalhada do valor recuperável para cada ativo através do cálculo do fluxo de caixa futuro individual descontado a valor presente, ajustando o saldo do respectivo ativo, se necessário. e) **Imposto de renda e contribuição social:** A Companhia apura o imposto de renda e a contribuição social com base no regime denominado Lucro Presumido. A base de cálculo compreende um percentual de presunção sobre as receitas tributáveis. O imposto de renda ("IRPJ") e a contribuição social ("CSLL"). O imposto de renda é computado pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para o excedente de R\$60 mil no trimestre, enquanto a contribuição social é computada pela alíquota de 9%, reconhecidos pelo regime de competência. f) **Provisões:** (i) **Geral:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou constitutiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. g) **Reconhecimento de receita:** A receita é reconhecida por ocasião da efetiva prestação de serviços, quando incorridas e auferidas e possam ser mensuradas de forma confiável. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização. h) **Demonastração dos Fluxos de Caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2).

6. Imobilizado

a) Movimentação do Imobilizado no ano de 2021

	Vida útil estimada (Anos)	Saldo em 31.12.2020	Custo aquisição	Depreciação acumulada	Aqui- sições	Baixa	Depreciação líquida no exercício	Residual em 31.12.2021
Equipamentos de campo.....	10	3.867	(1.184)	155	(190)		(530)	2.118
Veículos.....	5	14.642	(12.751)	855	(600)			2.175
Equipamentos de oficina.....	10	112	(6)	10	-			93
Instalações.....	25	20	(1)		(12)		(1)	6
Total.....		18.641	(13.942)	1.020	(802)		(525)	4.392

b) Movimentação da depreciação acumulada no ano de 2021

<table border

LOCAR LOCADORA LTDA.

CNPJ Nº 08.422.480/0001-90

Movimentação da depreciação acumulada no ano de 2020	Depre- ciação acumulada em 31.12.2019	31.12.2020		
		Baixa depre- ciação com acumu- lada (a)	Depre- ciação líquida (b)	Depre- ciação no exer- cício em acumu- lada (a + b) 31.12.2020
Equipamentos de campo	(1.064)	(120)	(120)	(1.184)
Veículos	(12.963)	392	(180)	212
Equipamentos de oficina.....	-	-	(6)	(6)
Instalações.....	-	-	(1)	(1)
Total	(14.027)	392	(307)	85
				(13.942)

7. Partes Relacionadas: Representado basicamente por transações realizadas com os acionistas. As transações são efetuadas em condições usuais de mercado e não tiveram incidência de encargos e não possuem data de vencimento. Os saldos oriundos de mútuos e transações com empresas ligadas são:

a) Operações com empresas ligadas	% de Partici- cipação	31.12.2021	31.12.2020
Ativo			
Contas a Receber de Cliente			
Construtora Queiroz Galvão.....	50%	10.216	8.834
Engetec Construção e Montagem ...	-	1.644	141
Total.....	11.860	8.975	
Passivo			
Dividendos a pagar			
Queiroz Galvão Tecnologia em Defesa e Segurança.....	50%	4.112	4.112
Outras contas a pagar			
Construtora Queiroz Galvão.....	50%	5.998	20.991
Total.....	10.110	25.103	
Receita			
Construtora Queiroz Galvão.....	50%	5.948	3.696
Engetec Construção e Montagem ...	-	4.593	
Total.....	10.541	3.696	

Os valores de contas a receber são referentes a contratos de locação, sobre esses valores não incidem encargos e não possuem data de vencimento.
b) Remuneração da administração: A Locav não possui Conselho de Administração, sendo a administração da Companhia exercida pela Diretoria. A Diretoria foi reeleita em Assembleia Geral Extraordinária. Os diretores são todos empregados e suas remunerações se baseiam em contratos de trabalho, regidos pelas regras da CLT.

8. Patrimônio Líquido: a) Capital social: O capital social, totalmente subscrito e integralizado em milhares de Reais é de R\$15.900 (quinze milhares e novecentos mil reais) divididos em 15.900.000 quotas, sem valor nominal.

Sócia	Quotas	Valor	Partici- cipação
Construtora Queiroz Galvão S.A.	7.950.010	7.950.010,00	50%
Queiroz Galvão Tecnologia em Defesa e Segurança Ltda.....	7.950.010	7.950.010,00	50%
Total.....	15.900.000	15.900.000,00	100%

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Locav Locadora Ltda.

Rio de Janeiro - RJ

Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis Locav Locadora Ltda. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Locav Locadora Ltda. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Enfase - Transações com partes relacionadas: Conforme divulgado na nota explicativa nº 7 às demonstrações contábeis, a Companhia mantém transações com partes relacionadas em montantes significativos e sob condições específicas descritas na referida nota explicativa. Nossa opinião não ressalva relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 – Contabilidade para pequenas e médias empresas) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa

b) Reserva legal: A reserva legal é constituída mediante apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social, em conformidade com o artigo 193 da lei nº 6.404/76, limitado a 20 % do saldo de capital social.

c) Reserva de retenção de lucros: A administração da Companhia foi

informada pelos seus únicos dois acionistas de que estes deliberarão na

Reunião de Diretoria pela retenção de todo o lucro do exercício, de forma

que a proposta da administração e estas demonstrações contábeis não

contemplam distribuição de dividendos, nos termos do art. 202, § 3º, II,

da Lei 6.404/76.

d) Resultado por quota

31.12.2021 31.12.2020

Lucro líquido do exercício..... 6.004 2.134

Quantidade de cotas..... 15.900.000 15.900.000

Lucro por cotas..... 0,38 0,13

9. Receita Operacional Líquida

31.12.2021 31.12.2020

Receitas bruta..... 10.541 3.696

Locações de veículos..... (386) (135)

Total da receita líquida..... 10.155 3.561

10. Custos e Despesas Administrativas

31.12.2021 31.12.2020

a) Custos

Custos de Pessoal..... (241) (252)

Custos c/Serviços Prestados..... (30) (102)

Custos c/Depreciação..... (1.135) (307)

Custos gerais..... (253) (175)

Total..... (1.659) (836)

b) Despesas Administrativas

Despesas gerais..... (24) (235)

Total..... (24) (235)

11. Outros Resultados Operacionais

31.12.2021 31.12.2020

Resultado na baixa do imobilizado..... 415 171

Receitas eventuais..... 13 1

Total..... 428 172

12. Resultado Financeiro, líquido

31.12.2021 31.12.2020

Resultados Financeiras

Variância monetária ativa sobre impostos 8 -

Rendimento aplicação financeira 987 489

Despesas Financeiras

Encargos sobre financiamentos - (1)

Outras despesas financeiras (i)..... (2.284) (639)

Resultado financeiro líquido (1.289) (151)

(i) Refere-se basicamente a IOF retido sobre as operações com partes relacionadas.

13. Imposto de Renda e Contribuição social: Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado:

1º tri- mestre 2º tri- mestre 3º tri- mestre 4º tri- mestre Total anual

CSLL

CSLL (9%)..... 34 196 80 122 432

CSLL Devida

CSLL (9%)..... 34 196 80 122 432

IRPJ

Faturamento bruto..... 938 5.431 1.973 2.198 10.541

Base para tributação (32%)..... 300 1.738 631 704 3.373

Outras receitas (100%).... 73 441 258 650 1.422

IR (15%)..... 56 327 134 203 720

Adicional 10% 31 212 83 129 455

IRPJ Devido

87 539 217 332 1.175

	1º tri- mestre	2º tri- mestre	3º tri- mestre	4º tri- mestre	Total anual
CSLL	34	196	80	122	432
CSLL Devida	34	196	80	122	432
IRPJ					
Faturamento bruto	938	5.431	1.973	2.198	10.541
Base para tributação (32%)	300	1.738	631	704	3.373
Outras receitas (100%)	73	441	258	650	1.422
IR (15%)	56	327	134	203	720
Adicional 10%	31	212	83	129	455
IRPJ Devido	87	539	217	332	1.175

14. Seguros: Os principais ativos ou interesses cobertos por seguros e os respectivos montantes são demonstrados a seguir:

Modalidade	Data de vigência	Importância
	Início	Vencimento

<tbl_r cells="3" ix="2

Os terrenos não são depreciados. A depreciação da jazida é feita em função da quantidade anual extraída (exaurida) de minério, que é estimada em 44 anos. A depreciação de outros ativos é calculada com base no método linear para reduzir seu custo ao valor realizável através de suas vidas úteis-econômicas que é estimada como segue:

Edificações	40 anos
Jazidas minerais	44 anos
Outros	5-10 anos
Máquinas e equipamentos	18 - 30 anos

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

O Grupo não tem ativos de longo prazo que espera abandonar ou alienar e que exigiram a constituição de provisão para obrigações por descontinuação de ativos.

6.6 Intangível

Compreende custos incorridos para adquirir, preparar e desenvolver os softwares para sua utilização. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimável de cinco anos a partir da data de início de sua utilização.

6.7 Provisões para perdas por impairment em ativos não financeiros, exceto estoques

Os ativos sujeitos à depreciação ou amortização são revisados anualmente para verificação do valor recuperável. Quando houver indício de perda do valor recuperável (*impairment*), o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa a qual o ativo tenha sido alocado) é testado. Uma perda é reconhecida pelo valor em que o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo (ou de uma UGC), menos as despesas de venda, e o valor em uso. Para fins de avaliação de perda, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros que tenham sofrido redução são revisados para identificar uma possível reversão da provisão para perdas por *impairment* na data do balanço.

6.8 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo integralmente classificados como passivo circulante pois o pagamento é devido no período de até um ano. Elas são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva.

6.9 Empréstimos e financiamentos

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquidos dos custos incorridos na transação e demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e os valores de liquidação é reconhecida na demonstração de resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que se tenha um direito incondicional de deferir a liquidação do passivo por, pelo menos 12 meses após a data do balanço patrimonial.

6.10 Capital social

As ações ordinárias e preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

6.11 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos.

(i) Venda de produtos

O reconhecimento da receita baseia-se na venda de calcário, cimentos e concretos produzidos pelo grupo.

Essas vendas são reconhecidas, em geral, quando o controle sobre o produto é transferido aos clientes, o que normalmente acontece quando os produtos são disponibilizados ao transportador e/ou entregues ao cliente, conforme for o caso.

(vii) Prestação de serviços

As vendas de prestação de serviço de concretagem são feitas substancialmente a prazo, com prazo médio para recebimentos de 30 dias. Essas prestações de serviços de concretagem são reconhecidas quando na prestação de serviço ao cliente.

(viii) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida com base no regime de competência e pelo método da taxa de juros efetiva.

6.12 Provisões

As provisões para recuperação ambiental, custos de reestruturação e ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões para reestruturação compreendem multas por rescisão de contratos de aluguel e

pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem de tempo é reconhecido como despesa financeira.

6.13 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O Grupo determinou que os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, não atendem a definição de imposto de renda e portanto foram contabilizados de acordo com o CPC 25/IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

a. Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa com imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

b. Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;

diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controlada, coligadas e empreendimentos sob controle conjunto, na extensão que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e

diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

6.14 Arrendamentos

No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação

(i) Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia e sua controlada alocaram a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia e sua controlada optaram por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Companhia e sua controlada reconhecem um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remunerações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia e suas controladas. Geralmente, a Companhia e sua controlada usam sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia e sua controlada determinam sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

6.15 Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda estão em vigor

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras:

Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 após 30 de junho de 2021 (alteração ao CPC 06/IFRS 16) 65

Revisão anual das normas IFRS 2018-2020.

Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16).

Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS 3).

Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1,66)

IFRS 17 Contratos de Seguros.

Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2).

Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23/IAS 8).

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Otmar Hübscher Presidente	Carlos Manuel Guimarães Correia de Barros Conselheiro
------------------------------	--

Carlos Alberto Medeiros Abreu Conselheiro	DIRETORIA
--	-----------

Paulo de Andrade Nascentes da Silva Diretor Presidente	Luis Henrique Marques Vidal Nabais Diretor Financeiro
---	--

Evanilton Braga Corteletti Diretor Comercial	Contador
---	----------

Suzan Fernanda Hunn Brehmer CRC SC 42221/O-2	MUNICÍPIO DE GUARATUBA
---	------------------------

O Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, as Notas Explicativas e o Relatório dos Auditores Independentes, sem ressalvas, emitido pela KPMG Auditores Independentes estão à disposição dos acionistas, de forma integral, na sede da Companhia.	Estado do Paraná
---	------------------

O Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas refere-se as Demonstrações Financeiras e as Notas Explicativas integral e não as Demonstrações Financeiras Condensadas.	AVISO DE LICITAÇÃO
---	--------------------

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 033/2022

TIPO MENOR PREÇO GLOBAL

Objeto: O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa de Contratação para instalação de ar condicionado, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

O recebimento das propostas, documentos, abertura e disputa de preços, será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

Término do Prazo para Envio da Proposta e Documentos de Habilidaçao: 10 de maio de 2022 ás 09hrs30min

Data da sessão: 10 de maio de 2022 ás 09hrs30min

O Edital, seus anexos e possíveis alterações estão disponíveis no site oficial do Município de Guaratuba, na página www.portal.guaratuba.pr.gov.br.

Formalização de Consultas: E-mail: licitacao@guaratuba.pr.gov.br, telefone: (41) 3472-8576 WhatsApp/ 3472-8787.

Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

AVISO DE LICITAÇÃO

CONSÓRCIO INTERGESTORES PARANÁ SAÚDE

PREGÃO ELETRÔNICO No. 07/2022 – Sistema de Registro de Preços – Aquisição de medicamentos com entregas parceladas.

Abertura: 05/05/2022 ás 08:00h

VALOR MÁXIMO: R\$ 14.051.985,00

Autorização: Aquiles Takeda Filho – Presidente do Conselho Deliberativo do Consórcio. Data da Autorização: 13/04/2022

Edital na íntegra nos endereços eletrônicos www.licitacoes-e.com.br e www.consortioparanasaude.com.br

Endereço eletrônico do

TODOS A BORDO

Redação
jornalismo@tribunadoparana.com.br

ARodoviária de Curitiba prevê pelo menos 23 mil embarques no feriado prolongado de Tiradentes, 30% mais do que em dias normais. O movimento deve se concentrar hoje, quando são esperados 13 mil passageiros, e amanhã, com dez mil embarques.

O Interior do Paraná é o principal destino das viagens, com 40% de participação; seguido pelo Litoral do Estado (22%); Santa Catarina (18%); São Paulo (12%); Rio Grande do Sul (3%) e outros (3%).

"Com a melhora do cenário da pandemia, a flexibilização do uso de máscara e as pessoas voltando a viajar, acreditamos que o movimento vai ficar muito próximo do que verificamos em 2017, quando tivemos 23,3 mil embarques", prevê Élcio dos Anjos, admi-

nistrador da Rodoviária.

Durante o feriado, haverá reforço para o atendimento com operações de agentes de trânsito nas áreas internas, bem como nos acessos ao terminal rodoviário, e aumento no efetivo da Guarda Municipal.

Páscoa

No último feriado de Páscoa, o número de embarques e desembarques superou o esperado e totalizou 56 mil – 150% a mais que os 22.400 registrados no mesmo período do ano passado.



23 mil pessoas vão passar pela Rodoviária de Curitiba neste feriado de Tiradentes.

ATAS E EDITAIS

publicidadelegal@tribunadoparana.com.br



EDITAL DE NOTIFICAÇÃO N. 01/2022

Camis Assessoria e Serviços Ltda., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n. 08.474.605/0001-26, sediada na Avenida Brasil, n. 2.440, Centro, Município de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, concessionária que administra os cemitérios municipais de Foz do Iguaçu, por meio do contrato administrativo n. 009/2008, e 1º aditivo na data de 04 setembro de 2014; com base na Lei Ordinária Municipal N. 4.034, de 22 de outubro de 2012, e Decreto Municipal n.2.981/21, observando o Princípio da Razoabilidade, Interpretação sistemática e Analogia amparados pelo Direito Público, vem publicar o edital de notificação das sepulturas para comparecimento nas secretarias dos cemitérios, visando sanar possíveis irregularidades, desatualização do cadastro, contratos de locações trienais findos, conforme levantamento realizado no Cemitério Municipal Jardim São Paulo, localizado na Avenida Felipe Wandscheer, n. 3.400, Jardim São Paulo, Município de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, para que os titulares compareçam no prazo de 20 (vinte) dias, para regularizar a situação, tendo em vista notificação anterior enviada via correio. Passado o prazo e cumprido as demais publicações determinadas pela referida lei, os restos mortais existentes nas sepulturas serão exumados, devidamente identificados e remetidos ao ossário municipal, ficando as sepulturas disponíveis para atendimento da população.

Jazigo	Titulares	Jazigo	Titulares
17.A-2	ROSELI DE FATIMA DOS SANTOS	405.A-2	RAFAEL TAVARES DE CAMPOS B. RODRIGUES
19.A-2	NERI BATISTA FELIX	409.A-2	ELENIE MARIA COSTA DE SOUZA
22.A-2	PEDRO CARMELINO RAMOS	415.A-2	FABRICIO MACHADO DONDONI
24.A-2	ADEVACIR IVO GUARDA	419.A-2	LUCIANO MARCOS RISSI
25.A-2	ALVACIR ROBERTO GUARDA	420.A-2	JOANA D'ARC MACHADO
26.A-2	TELMA ARAUJO DE MOURA	421.A-2	GILMAR DE MELLO
26.A-2	ADRIANA VIEIRA PERANDRE	429.A-2	GERALDO GONCALVES
26.A-2	QUINCIANA ESPINOZ	455.A-2	ORLANDO LOPES ARAUJO
30.A-2	CAROLINA DOS REIS	459.A-2	WELLINGTON ROQUE BASSO DE OLIVEIRA
41.A-2	THIAGO ZABOT	460.A-2	ZULY CARLOS CAMPOS
42.A-2	HERCILY FERREIRA DE CARVALHO	466.A-2	SIRLEI BOTH
52.A-2	RODRIGO GONCALVES	487.A-2	MARCOS MONTEIRO ROCHA
53.A-2	ANTONIO MARCOS DA SILVA	494.A-2	ALEX YOSHIIKI WAKASSUGUI
70.A-2	LUCAS TORINO SILVA	508.A-2	NADIR AMARAL DE CAMPOS
71.A-2	JADAO NERI PEREIRA DA LUZ	510.A-2	ICLAUDINEI DE OLIVEIRAPALE
84.A-2	IRINEU FERREIRA DOS SANTOS	512.A-2	INES MIORANCA
85.A-2	QUEENEDI DE FATIMA CAETANO SOUZA	515.A-2	LEANDRA ALVES
87.A-2	CLEOMAR SOLEDADE	529.A-2	OSMOS DOS SANTOS PINTO
96.A-2	LUIS ALTAIR DE OLIVEIRA	533.A-2	ANDREIA DENISE LINK NUNES
100.A-2	FERNANDO HIDEAKI SHIGUEMATSU	542.A-2	MARLI PALIG
110.A-2	MARIO IZABELINO ZARRATEA FILHO	551.A-2	JOSIAS DIONISIO
112.A-2	REGINALDO DE OLIVEIRA FERNANDES	559.A-2	LUIZ ALVES DA SILVA
119.A-2	SUELMI MIERES PAVAN	566.A-2	CLEUSA EMILIA SANGALETI MILANEZ
123.A-2	JACQUELINE BERNARDO DE SOUZA MACHADO	568.A-2	SANDRO DE AMORIM
125.A-2	ANTONIO BATISTA	572.A-2	VENANCIO SAMUDIO
131.A-2	EMERSON DOS SANTOS	593.A-2	THAIS LUIZA ANDRADE RODRIGUES
136.A-2	JURACI DE LOURDES LOPES	596.A-2	MARTA MARIA DE JESUS JORGE
142.A-2	ARTURO GUILHERMO SAMANIEGO BENITEZ	598.A-2	HELIO PEREIRA DE ALMEIDA
151.A-2	NILSON CARNEIRO DURAES	604.A-2	PEDRO ARGEU VARGAS CRISTINE VAZ
171.A-2	VALDIR GRIEBELER	622.A-2	MARCOS NASCIMENTO RORATO
177.A-2	EDIRLEI ROSANI BOGO	627.A-2	DEONILDO ARISTEU TURCATO
182.A-2	NEIRE ANDRADE CORREA	638.A-2	ADAO FERREIRA
189.A-2	ARLINDO ASTRESSE	642.A-2	ELZA CESAR NAVARRO DA SILVA
194.A-2	FABIO GONCALVES	646.A-2	MARCIANO DUARTE
201.A-2	JESSICA WILLEMBRINK DE SOUZA	649.A-2	ALESSANDRA DA SILVA
210.A-2	JOSE CELIO POMPEU DE CAMPOS	650.A-2	EDUARDO GONCALVES
211.A-2	VANDERLET BEZERRA GOMES	667.A-2	VANDERLELDO SANTOS BRANCO
216.A-2	RODRIGO GOMES DOS SANTOS	673.A-2	CARLOS ALBERTO SANTIN
218.A-2	CRISTINA PEREIRA DA SILVA	674.A-2	UOANA GABRIELA FERNANDES MACENA
221.A-2	MARCO LUIZ TEIXEIRA		
224.A-2	ANTONIO CARDOSO SIQUEIRA NETO	678.A-2	JOAO MARIA GUEDES
225.A-2	ALCEBIADES RAMOS	735.A-2	MARIA APARECIDA DOS SANTOS
229.A-2	ANANIAS DE ASSIS	750.A-2	NADIA SPRIANO DOS SANTOS
230.A-2	VALDINEY APARECIDO COSTA	758.A-2	ISABEL MARIA DAMASCENO
231.A-2	ANTONIA LUREANO PARTICELLI	773.A-2	JOCELINO SEVERINO DE LIMA
239.A-2	DANIELA ZERWES	776.A-2	ODAIR PEREIRA
244.A-2	ELISANGELA DE BRITO E SILVA	788.A-2	MIRIAM AMARAL DE OLIVEIRA
245.A-2	ALEXANDRA DA PAZ RODRIGUES	792.A-2	NELSON ZACARIAS
252.A-2	TERESINHA DE FATIMA GOMES M. LOPES	806.A-2	GLYCON VINICIUS ROCHA ANDRETTA
263.A-2	ELIZABETH DA SILVA CHAGAS	826.A-2	APARECIDO ANTONIO SUTIL
277.A-2	ANADIR DOS SANTOS MARTINS	831.A-2	STEPHANI KYEROLIM DE CASTRO COSTA
279.A-2	EDNA SOARES PEREIRA	839.A-2	RONIVAL RONALDO RAGADALI
299.A-2	MARIA ALICE PEREIRA REIS	847.A-2	IRACEMA DE OLIVEIRA
307.A-2	ANA COSTA XAVIER BERENGUER DA SILVA	854.A-2	MARIA DE FATIMA OLIVEIRA GIOTTI
329.A-2	PAULO DENIZ RIBEIRO	856.A-2	ISIDRO MACHOTA
331.A-2	BRUNO GAEDIKE		
332.A-2	MARA DUARTE DOMINGUES		
333.A-2	MLEIDI MUCHUT PINZAN		
372.A-2	DIEGO BUENO DE OLIVEIRA		
384.A-2	PAULO FERREIRA DOS SANTOS		
385.A-2	HELIO DE OLIVEIRA NANTES		
389.A-2	ANDRE APARECIDO DA SILVA		
29.01CC-2	EDUARDO CURIELAGE	11.33-2	JORGE SAMPAIO DE CASTILHA
03.01CC-2	CLAIR RAMIREZ	12.33-2	GENI BROSLAVETZ COSTA
05.01CC-2	DERCIO ANTHONOLI DA COSTA	16.33-2	JOSE MARCOS BRANDAO
07.01CC-2	JOSE RIBEIRO DA ROCHA	26.33-2	MARCO ANTONIO DA FONSECA
10.01CC-2	CARLOS ALBERTO CHIAPIN	29.33-2	UAIR SOARES DE LIMA
11.01CC-2	GILMAR SILVA COSTA	30.33-2	SERGIO ADRIANO LOCATELLI
15.01CC-2	MARCONDES VARGAS WITCELL	33.33-2	FLAVIO DUARTE VERA
16.01CC-2	VILSON TORMES	33.33-2	MARA LIZ DUARTE VERA
18.01CC-2	VALDEMIR JOSE DE ALMEIDA	36.33-2	ANDREIA TRINDADE CAMARGO
19.01CC-2	ELISEU DERLI KLAUS	49.33-2	LUCAS EDUARDO DE OLIVEIRA
21.01CC-2	JULIA DO NASCIMENTO	54.33-2	GILBERTO FERNANDES DOS SANTOS
23.01CC-2	DANILIO RODRIGUES DE SOUZA	61.33-2	MARIA APARECIDA MARQUES
28.01CC-2	RONILDO DO NASCIMENTO	64.33-2	DANIEL OLIVEIRA DA SILVA
29.01CC-2	LUCIANA RIBEIRO		
31.01CC-2	CARLINHOS RODRIGUES DA SILVA		
33.01CC-2	WALMIR POZZA PATUZO		
34.01CC-2	CLAUDETTE TAZZO		
35.01CC-2	MARIA GRACIELA ABENITEZ		
38.01CC-2	VANDERLEI ARGINO DE OLIVEIRA		
39.01CC-2	VILMAR MATTE		
42.01CC-2	OSCAR GOMES DA SILVA		
43.01CC-2	ANTONINHO RIBEIRO DA SILVA		
44.01CC-2	ANDERSON NERI DA SILVA		
45.01CC-2	ANDERSON CLAYTON COFFE		
46.01CC-2	HELMAR ROQUE SORENSEN		
47.01CC-2	AMARILDO ADAO DOS SANTOS MARTINS		
48.01CC-2	REGIANE SANTOS DE JESUS		
49.01CC-2	LUIZ CARLOS GRANELLA		
51.01CC-2	ICARLA REZNER		
53.01CC-2	JURANDIR SAVALLISCH FERRAZ		
55.01CC-2	NATALICIA DA ROSA		
58.01CC-2	TEREZINHA BARBARO		
59.01CC-2	JOSE APARECIDO DA SILVA		



ASSOCIAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DOS CORREIOS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

O Presidente da ADCAP – Associação dos Profissionais dos Correios, Núcleo Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Capítulo V, Artigos 19 e 28 do Estatuto vigente, convoca todos os Associados, que estejam em dia com suas obrigações sociais, para a Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada, no dia 20 de Maio de 2022, às 17h45, em primeira convocação ou às 18h15, em segunda convocação, no Hara Palace Hotel, Sala 3 situada na Avenida Iguaçu, 931, esquina com 24 de Maio, sendo que a entrada será pelo estacionamento de frente para a rua 24 de Maio, nesta Capital de Curitiba/PR, para apreciar e deliberar sobre a seguinte ORDEM DO DIA:

1. Votar anualmente as contas da Diretoria Executiva (exercício 2021), com prévia manifestação do Conselho Fiscal conforme prevê o Art 17, item II.
2. Posse da Diretoria Executiva conforme Artigo 26 do Estatuto bem como a posse do Conselho Fiscal conforme Artigo 40, para exercerem o mandato triênio 2022/2025.
3. Assuntos Gerais

Curitiba, 20 de Abril de 2022.

LUIZ CEZAR ANDRIOLI BITTENCOURT

Presidente

Triênio 2016/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 05/2022

O Município de São João torna público que fará realizar, às 09:00 horas do dia 12 de maio do ano de 2022, na Avenida XV de Novembro nº 160 em São João, Paraná, Brasil, **TOMADA DE PREÇOS**, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço, da(s) obra(s):

LOCAL DO OBJETO	OBJETO	QUANTIDADE E UNIDADE DE MEDIDA	PRAZO DE EXECUÇÃO (dias)
Sede	Revitalização de Praça	10.200,00 m ²	120

A Pasta Técnica com o inteiro teor do Edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser examinada no endereço acima indicado, no horário comercial, ou solicitada através do e-mail licitacaosj@hotmail.com. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento deverão ser encaminhados à Comissão de Licitação no endereço ou e-mail acima mencionados – Telefone 46) 3533.8300.

São João, 19 de abril de 2022.

CLOVIS MATEUS CUCCOLOTTO

TBR200422 pdf

Código do documento 86d06355-f4d3-44d8-9692-08792719a37e



Assinaturas



EDITORIA O ESTADO DO PARANA SA

Certificado Digital

tppublic@tribunadoparana.com.br

Assinou

Eventos do documento

19 Apr 2022, 22:26:21

Documento 86d06355-f4d3-44d8-9692-08792719a37e **criado** por EDITORA O ESTADO DO PARANA SA (d7977d86-df19-41d5-8598-d72d8b545190). Email:tppublic@tribunadoparana.com.br. - DATE_ATOM: 2022-04-19T22:26:21-03:00

19 Apr 2022, 22:27:02

Assinaturas **iniciadas** por EDITORA O ESTADO DO PARANA SA (d7977d86-df19-41d5-8598-d72d8b545190). Email: tppublic@tribunadoparana.com.br. - DATE_ATOM: 2022-04-19T22:27:02-03:00

19 Apr 2022, 22:27:33

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - EDITORA O ESTADO DO PARANA SA **Assinou** Email: tppublic@tribunadoparana.com.br. IP: 191.177.157.199 (bfb19dc7.virtua.com.br porta: 23466). Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=Certisign Certificadora Digital S.A.,OU=AC Certisign Multipla G7,OU=A1,CN=EDITORIA O ESTADO DO PARANA SA. - DATE_ATOM: 2022-04-19T22:27:33-03:00

Hash do documento original

(SHA256):faa1da61e4ecb9c36944d732b8d8f3af63d6fedff9af38129f63e79ce1c72e4
(SHA512):5b30e06274979b974b725ad3aba1e66765bbb9212adbbad3918cf884eb9e98b8f4ee848bcb5679aad8110dcfc59841b9a038c43c830ee59bf470dcfd3cf298b0

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign